

O Estado de S. Paulo

15/7/1986

O depoimento do motorista será mantido

RIO CLARO

AGÊNCIA ESTADO

O delegado seccional de Rio Claro, José Tejero — que preside o inquérito instaurado para apurar as responsabilidades pela morte dos dois trabalhadores, durante o conflito em Leme — afirmou ontem que pretende manter o conteúdo do depoimento prestado à polícia pelo motorista Orlando de Souza, uma das principais testemunhas do crime, que dirigia o ônibus que transportava bóias-frias para a fazenda Crisciumal. Esse fato não exclui, entretanto, o direito de o motorista voltar à delegacia de Leme e confirmar as declarações que prestou em entrevista à TV cultura, no sábado, quando negou ter visto os ocupantes do Opala azul, em que viajavam os membros do PT, atirar no ônibus que dirigia.

Antes que ele tome essa atitude, entretanto, José Tejero se apressa em dar o recado: "Se o motorista desmentir que os tiros que deram início ao conflito partiram do Opala, eu vou processá-lo por falso testemunho".

O delegado diz que fará questão, ainda, de que o eventual desmentido ocorra na sua presença, "para verte Orlando terá coragem de manter esta segunda versão, já que eu fui testemunha de seu primeiro depoimento. Ele vai ter de desmentir tudo na minha cara".

Tejero, contudo, afirma estar confiante de que não precisará tomar medidas extremas em relação ao motorista, já que, segundo ele, "Orlando só resolveu dar nova versão aos fatos para se fazer de bonzinho perante a cidade e depois que soube que o Opala pertencia à Assembléia Legislativa. Ele ficou com medo de sofrer represálias por parte dos manifestantes e das lideranças políticas envolvidas no caso, daí, até mesmo, o motivo pelo qual deixou cidade após a entrevista à RTC", destacou.

Prevendo que não terá maiores problemas em relação ao comportamento da testemunha, o delegado seccional de Rio Claro mostra-se preocupado apenas em cumprir o prazo de 30 dias para encerrar seus trabalhos. Para tanto, afirma que ouvirá, a cada dia, o maior número de testemunhas possível, a começar por uma relação inicial de 18 nomes, incluindo quatro deputados, quatro soldados da PM e mais dez pessoas, entre bóias-frias e moradores em Leme. Os políticos, segundo Tejero, deverão prestar depoimentos através de carta precatória, caso não se mostrem dispostos a falar pessoalmente. Além disso, o delegado enviou ofício ao Comando do 1º Batalhão da Polícia Militar, com sede em Piracicaba, solicitando a relação dos policiais que atuaram na greve, para que também sejam ouvidos.

De acordo com o delegado, o prazo inicial de 30 dias só não será cumprido "se os integrantes da CUT e do PT tentarem tumultuar o inquérito". E provável, conforme destacou, "que esse pessoal nos acuse de não termos ouvido fulano ou sicrano, e passem a apresentar inúmeras testemunhas que deponham em seu favor e comecem a requerer diligências extras. Mas os próprios moradores já estão dizendo que os tiros não partiram da polícia..."

As pré-provas da eventual responsabilidade dos policiais, ao que tudo indica, estão cada vez mais distantes. Isso porque, segundo Tejero, as roupas que a empregada doméstica Cibele Aparecida Manuel vestia quando foi morta "foram lavadas pelo Hospital de Leme". Agora, ficará ainda mais difícil comprovar se ela realmente foi alvejada a queima-roupa, conforme o resultado da autópsia realizada pelo médico-legista Gerhard Graetz e seu auxiliar Valdecir

Benedito de Souza, ambos de Rio Claro. Para comprovar se o tiro foi disparado a menos de um metro de distância o delegado — que já está de posse das roupas de Orlando Correa, outro dos mortos no conflito — informa que enviará as roupas de Cibeles para São Paulo, a fim de que o exame pericial possa ser feito com o auxílio de lentes ópticas e produtos químicos, constatando-se ou não os chamuscamentos provocados pela bala.

Quanto ao tipo de perfuração, que revela que o projétil é de calibre 38, José Tejero afirma que ele não dá base para conclusões. De acordo com o delegado, embora esse tipo de arma seja exclusivo da polícia, "ele é também o líder das vendas em casas que comercializam armas. As próprias estatísticas revelam isso".

Outro ponto a favor dos policiais foi o telegrama enviado por Tejero — que há dois anos e um mês responde pela Seccional de Rio Claro, sendo transferido de Presidente Prudente em 9 de julho de 1984 — à Delegacia Regional de Polícia, ao Derin e ao Gabinete da Secretaria de Segurança Pública, entre outros órgãos. Nele, o delegado divulga a versão do conflito sob a ética das testemunhas Orlando de Souza, José Henrique Cafasso, do sargento da PM Winston José Triztão e de Ovílio Santos, colocando como contraditório apenas o depoimento de Wilson Santa Rosa, membro da CUT regional, e no qual destaca que "inesperadamente policiais militares passaram a fazer disparos contra o piquete que pretendia obstruir a passagem de um ônibus que transportava trabalhadores para a Usina Cresciumal".

O promotor de Justiça Francisco Mário Viotti Bernardes, da Comarca de Santa Rita do Passa Quatro, designado pelo procurador-geral de Justiça, Paulo Frontini, para acompanhar o inquérito, reuniu-se ontem, no final da tarde, com o seccional de Rio Claro. Bernardes afirmou que as testemunhas começaram a ser ouvidas hoje, seguindo o esquema de trabalho elaborado por Tejero.

O promotor compartilha de opinião semelhante à do delegado — acha que o motorista Orlando de Souza não deve ser convocado para prestar novo depoimento. Contudo, afirmou que ele terá oportunidade de incluir suas declarações em Inquérito Policial Militar (IPM), instaurado por determinação do comando da Polícia Militar do Estado de São Paulo e junto ao qual Bernardes também atuará como promotor.

(Página 12)